

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ITABERAÍ – GO

KARLA COSTA LUZ
MARCIA CARVALHO DE SOUZA

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ITABERAÍ
NOVEMBRO/2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ITABERAÍ – GO

KARLA COSTA LUZ
MARCIA CARVALHO DE SOUZA

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itaberaí. Sob a orientação da prof^a. Ms. Luciene Maria Bastos.

ITABERAÍ
NOVEMBRO/2010

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, pois sem *Ele* não teríamos concluído mais essa etapa de nossas vidas. As nossas famílias que nos apoiaram em toda essa trajetória e a nossa professora e orientadora Luciene Maria Bastos, que contribuiu significativamente para a realização deste trabalho.

Agradecemos a Deus por nos proporcionar a realização de mais uma conquista, dando-nos força e perseverança para concluirmos este trabalho com êxito. Aos nossos familiares que acreditaram em nossa escolha e nos apoiaram em todas as decisões, se sentindo honrados com nossas realizações. À professora e orientadora Luciene Maria Bastos, pela sua paciência, compromisso e dedicação em nos conduzir de maneira significativa na realização deste. A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho que acreditaram ser fundamental para nossa formação acadêmica.

Brincando, as crianças constroem seus mundos e dos mesmos fazem o vínculo essencial para compreender o mundo do adulto, ressignificam e reelaboram acontecimentos que estruturam seus esquemas de vivências, sua diversidade de pensamentos e a gama diversificada de sentimentos. Toda criança, distanciada desse “mundo”, afasta-se da significação do “outro mundo” que, como adulto buscará decifrar e estabelecer linhas de convivência.

ANTUNES

RESUMO

O presente estudo objetivou demonstrar a importância do lúdico na educação infantil, especialmente do faz-de-conta como atividade facilitadora do desenvolvimento e da aprendizagem. Assim como demonstrar que os educadores devem tomar consciência dessa relação do brincar de faz-de-conta com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Mediante pesquisa bibliográfica buscou-se compreender a relação entre desenvolvimento e aprendizagem na infância e o papel do lúdico, na especificidade da brincadeira de faz-de-conta, nesse processo. Para alcançar tal compreensão, buscou-se a fundamentação teórica de autores como Vigotski (1998), Corrêa (2002), Bujes (2001), Santos (2001), Maluf (2008) dentre outros. A partir deste estudo, conclui-se que é fundamental trabalhar o lúdico na educação infantil para que se tenha um desenvolvimento e uma aprendizagem significativa da criança.

Palavras-chave: Infância, Desenvolvimento, Lúdico, Faz-de-conta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	10
A EDUCAÇÃO INFANTIL, A INFÂNCIA E O LÚDICO	10
1.1 - Breve contextualização histórica da infância e da educação infantil	10
1.2 - A Educação Infantil e a legislação brasileira	14
1.3 - Educação infantil e o lúdico	17
CAPÍTULO II	19
O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O FAZ-DE-CONTA	19
2.1 - Interação entre aprendizado e desenvolvimento	19
2.2 - O desenvolvimento infantil, o brinquedo e o faz-de-conta	22
2.3 - O desenvolvimento infantil e o papel do faz-de-conta	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Se a ciência mostra que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida é o mais importante das bases para as competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo da existência humana, prova-se que a Educação Infantil efetivamente é tudo, mas é essencial que possamos refletir sobre como fazê-la bem e descobrir que esse bem fazer vai muito além de um “desejo” sincero e um “amor” pela criança.

ANTUNES

A educação está presente em todo o contexto social, ela é inserida em nossas vidas nos primeiros anos, ainda bem pequenos aprendemos noções como não falar alto, respeitar os mais velhos, obedecer aos pais, dentre outras, e tudo isso faz parte da educação. Ao sermos inseridos na escola aprendemos outra noção de educação, a do conhecimento sistematizado e histórico.

Na Idade Média, a criança era inserida no meio familiar participando diretamente da vida entre os adultos. Desde muito pequena se adaptava aos costumes dos mais velhos, aprendia a viver entre adultos e era tratada como um pequeno adulto. A criança era privada de ter seu espaço, sua infância se resumia em fazer “coisas” de adultos, ou seja, era um adulto em miniatura. A aprendizagem ocorria na família.

A partir do século XVI e XVII, o processo de aprendizagem para a inserção na sociedade passa a ser feita em novas instituições: os colégios. “A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles” (ARÍES, 1986, p. 11).

Desde o início da modernidade a criança tem ocupado um papel de destaque na sociedade. A educação escolar tem voltado seus olhos para uma educação de princípios e valores que enfatizam não apenas o cuidar, mas também o educar.

A educação infantil é uma ampla área a ser estudada, sua história possui grandes transformações que ocorreram ao longo dos tempos e que ainda ocorrem em seu contexto. Diferentes fases marcaram a educação infantil, muitas mudanças se deram desde a industrialização, o que fez com que as mulheres fossem trabalhar fora, surgindo a necessidade de um local específico para deixar os filhos, para que pudessem trabalhar e contribuir na renda familiar.

No início, a educação infantil tinha como princípio somente o cuidar e o brincar, hoje o seu papel tem função diferente que inclui o cuidar, o brincar e o ensinar, visando o início da alfabetização e da autonomia da criança, em busca de uma educação com qualidade que forme uma pessoa de caráter e personalidade própria. A educação infantil é o alicerce da vida de qualquer pessoa.

O lúdico na educação infantil, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é importante, pois através dele a criança poderá ter um desenvolvimento com mais qualidade, pois brincando expressa emoções, sentimentos, pensamentos, desejos, necessidades e desenvolve várias habilidades.

Para o profissional da educação infantil é fundamental trabalhar o lúdico em suas atividades, com o intuito de prender a atenção e estimular a aprendizagem da criança. Através da atividade lúdica pode-se avaliar e perceber as habilidades e dificuldades da criança em sua aprendizagem.

O faz-de-conta na aprendizagem infantil é fundamental, pois a criança utiliza-se da imaginação para desenvolver e recriar aspectos que lhe chamam a atenção, de uma forma indireta, o faz-de-conta é uma maneira da família e do professor observarem e perceberem o desenvolvimento da criança na forma de se expressar, de movimentar e refazer as atitudes, possibilitando conhecer muito sobre a criança, sobre a rotina de sua vida em casa e com as demais pessoas com quem convive.

“A imaginação é um processo psicológico novo para a criança: representa uma forma especificamente humana de atividade consciente, não está presente na consciência de crianças muito pequenas” (VIGOTSKI, 1998, p. 122). Através do faz-de-conta, desse novo processo psicológico, a criança cria seu próprio mundo e isso influencia na formação de sua identidade.

Para Rizzi e Haydt (1994) “o ser humano tem recebido várias designações: *Homo sapiens* porque tem como função vital o raciocínio para aprender e conhecer o mundo, *Homo faber* porque fabrica objetos e utensílios, e *Homo ludens* porque é capaz de dedicar-se à atividade lúdica” (p.8). Essa definição nos faz ver o quanto a atividade lúdica faz parte do ser humano.

Através da realização do estágio nas creches e instituições educacionais nas series iniciais foi possível perceber que as crianças demonstram suas emoções e medos enquanto brinca de faz-de-conta, percebemos que faltava um estímulo dos educadores para este aspecto tão fundamental no desenvolvimento infantil, nos estudos realizados observa-se o quanto a temática do faz-de-conta é importante e necessária para a formação da criança.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A educação infantil, a infância e o lúdico”, apresenta o desenvolvimento da história da infância e da educação infantil, as mudanças na legislação brasileira referente à educação infantil, a formação do profissional e os objetivos de se trabalhar o lúdico priorizando a intenção educativa. O segundo capítulo, denominado “O desenvolvimento infantil e o faz-de-conta”, trata da abordagem da educação infantil em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem utilizando-se do brinquedo e do lúdico, apresentando pontos importantes e fundamentais de se explorar a imaginação através do faz-de-conta na educação infantil.

Este trabalho está fundamentado, principalmente, por teóricos como Vigotski (1998), Corrêa (2002), Bujes (2001), Santos (2001), Maluf (2008), que exploram e apresentam o lúdico na vida da criança de maneira a desenvolver suas capacidades e habilidades em todos os âmbitos: físico, motor, social, emocional e intelectual.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO INFANTIL, A INFÂNCIA E O LÚDICO

Brincar favorece a auto-estima, a interação com seus pares, a linguagem interrogativa, propiciando situações de aprendizagem que desafiam seus saberes estabelecidos e destes fazem elementos para novos esquemas de cognição. Através do jogo simbólico a criança aprende a agir e desenvolve autonomia que possibilita descobertas e anima a exploração, a experiência e a criatividade.

ANTUNES

Do século XII ao século XXI ocorreram mudanças importantes que contribuíram para a história da educação infantil, como sua legalização como primeira etapa da educação básica nacional, tendo em vista atender as crianças de 0 a 6 anos. A partir dessas mudanças, prioriza-se oferecer melhor qualidade ao desenvolvimento infantil, enfatizar os cuidados, o ensinar e o desenvolvimento cognitivo, afetivo e físico. Com isso, cada vez mais vêm sendo necessários os investimentos para a educação das crianças de 0 a 6 anos, assim como o estudo dessa fase.

1.1 – Breve contextualização histórica da infância e da educação infantil

No século XII a educação das crianças era obrigação das mães, ou mulheres que eram designadas a cumprir esta tarefa, como as amas de leite, que cuidavam de crianças oriundas de famílias de classe sociais mais privilegiadas.

Zilma Ramos de Oliveira, ao estudar as transformações históricas ocorridas na educação infantil, afirma que o papel da mulher nessa época era voltado para o contexto doméstico, portanto “[...] o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres” (OLIVEIRA, 2005, p. 58).

O historiador francês Philippe Ariès demonstra o processo que deu início ao sentimento de infância. Um processo que começa no século XIII, tem sua evolução nos séculos XV e XVI, mas se expressa significadamente durante o século XVII.

Inicialmente, a criança era inserida no meio familiar entre adultos desde muito pequena, aprendia a viver entre adultos. A criança era privada de ter seu espaço, sua infância se resumia em apenas fazer “coisas” de adultos, ocupando obrigações assim como os adultos.

Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois do desmame tardio – ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias (ARIÈS, 1986, p.275).

Durante muitas décadas as crianças foram vistas como mini-adultos, pois eram inseridas na vida adulta e participavam de reuniões e festas juntamente com eles (adultos). Mas no início do século XV e no XVI, a educação infantil teve destaque com o intuito de atender e cuidar das crianças pobres e órfãs deixadas pela guerra, uma vez que as mulheres deixavam suas casas para trabalharem nas fábricas, deixando seus filhos com parentes, ou amigos próximos que podiam cuidar das crianças.

A história da educação infantil segue novos caminhos porque a sociedade modifica a maneira de pensar o que é ser criança e a importância dada ao momento da infância. De acordo com Ariès (1986), a mudança de visão sobre a criança e a infância começa a partir do processo de moralização iniciado no século XVI, o que se expressa com a produção de textos selecionados, indicando a idéia de que a criança deveria deixar o convívio “deverso” dos adultos e ser educada. A criança passa a ser vista como ser frágil que precisa ser protegido das sujeiras do mundo. É preciso preservar a criança e prepará-la para a inserção na sociedade, papel atribuído à escola.

Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. [...] ficou convencionalizado que essa preparação fosse assegurada pela escola. A aprendizagem tradicional foi substituída pela escola, uma escola transformada, instrumento de disciplina severa, protegida pela justiça e pela política (ARIÈS, 1986, p.277).

As primeiras instituições que surgiram estavam relacionadas ao nascimento da escola e ao pensamento pedagógico moderno. Após a implantação da sociedade industrial, novas exigências educativas surgiram para atender as novas ocupações no mundo do trabalho.

Para o nascimento da escola moderna uma série de condições contribuíram como: a nova maneira de encarar a infância, a organização de espaços próprios para se educar as crianças, o aparecimento de profissionais da educação infantil que destacavam as características e a importância deste momento da vida, como as aulas, os conteúdos e como os horários deviam ser organizados, que se deveriam estabelecer recompensas e punições, definindo o que e como ensinar.

Também estudando as mudanças ocorridas na ideia de infância, Maria Isabel Bujes afirma que, “muitas teorias nesta época também estavam interessadas em descrever as crianças, sua natureza moral, suas inclinações boas ou más” (2001, p. 14), utilizando-se da educação para identificar e reconhecer tais inclinações. Proporcionar educação para as crianças (principalmente às das classes populares), era uma maneira de proteger a criança de influências negativas do meio em que convivia, buscando preservar sua inocência e afastar as inclinações para a preguiça e para a vagabundagem.

[...] no surgimento das creches e pré-escolas conviveram argumentos que davam importância a uma visão mais otimista da infância e de suas possibilidades, com outros objetivos do tipo corretivo, disciplinar, que viam principalmente nas crianças uma ameaça ao progresso e à ordem social (BUJES, 2001, p. 15).

Essas idéias influenciaram as instituições de educação infantil e marcaram de forma muito forte as propostas e a maneira de atuação dos educadores. As idéias dos médicos higienistas e dos psicólogos também influenciaram a expansão da educação infantil no final do século XIX na Europa e na primeira metade do século XX no Brasil. Estas idéias são expressões do novo conceito sobre a infância e o papel da criança na sociedade, buscando através da educação torná-la um indivíduo produtivo e adequado às exigências da sociedade. Todo esse contexto contribuiu para o surgimento das creches e pré-escolas.

As primeiras instituições que surgiram para atender as crianças órfãs visavam o cuidado hospitalar e a higiene. Devido à demanda de crianças deixadas nessas instituições, surge a necessidade de elaborar programas voltados para sua educação adotando atividades de canto, de memorização de rezas ou de passagens bíblicas. Nesse sentido, a educação era voltada para hábitos religiosos e maneiras de comportamentos e algumas atividades do que seria uma pré-escrita e pré-leitura (BUJES, 2001).

De acordo com Bujes (2001), as creches e pré-escolas envolvem dois processos complementares e indissociáveis: cuidar e educar. Nesta faixa etária as crianças necessitam de carinho, atenção, passando por experiências com as pessoas e com o mundo que as cercam, sendo assim, cuidar e educar são atividades presentes na inserção da criança no mundo.

Nos últimos anos a criança tem ocupado um papel de destaque na sociedade, diferentemente da Idade Média, passou a ter importância, começou a ser descrita e estudada. Essa nova postura, como demonstrou Ariès (1986), foi possibilitada pelo surgimento do respeito à criança, que, então passa a ocupar novo lugar na sociedade expressando o nascimento do sentimento de infância, em que a criança começa a se vestir e ter hábitos e condutas próprios da sua idade, recebendo cuidados referentes ao seu pudor e a linguagem.

“A criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro” (ARIÉS, 1986, p.270).

Com isso, a educação infantil tem se voltado para transformar e fundamentar seu currículo em uma educação de princípios e valores que enfatizam não apenas o cuidar, mas também o educar das crianças. O Movimento das Escolas Novas “[...] se posiciona contra a concepção de que a escola deveria preparar para a vida com uma visão centrada no adulto, desconhecendo as características do pensamento infantil e os interesses e necessidades próprias da infância (OLIVEIRA, 2005, p. 76)”.

Ao estudar o surgimento e as transformações legais da educação infantil, Bianca Cristina Corrêa afirma que o jardim de infância constitui a primeira instituição pública de educação infantil no Brasil. A educação infantil no Brasil tem em vista atender as necessidades da população mais carente, oferecendo educação, lazer e alimentação, a partir de um trabalho baseado em jogos, brincadeiras e formação moral (CORRÊA, 2002). Os jardins de infâncias ou creches surgiram como trabalhos beneficentes para atender às populações de baixa renda, mais tarde ao serem oferecidas pelo Estado, uniram-se aos órgãos de assistência e bem-estar social.

No Brasil, um dos primeiros jardins de infância foi criado em 1896, como anexo à antiga Escola Normal do Estado, Caetano de Campos, na cidade de São Paulo. A partir daí com a sua difusão em 1940, a educação infantil começa a deixar de basear-se apenas em assistência visando também o educar, dividindo-se em etapas, que vão de três a seis anos, que seriam os parques, e de sete a doze anos, com a função de assistir e educar as crianças (CORRÊA, 2002).

Em 1970 a educação infantil torna-se responsabilidade dos municípios, surgindo o programa EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil, oferecendo atendimento educacional à infância na faixa etária dos quatro aos seis anos; após esse período a educação infantil expandiu-se de maneira acentuada. “Atualmente, a grande maioria das instituições que atende crianças de quatro a seis anos está a cargo dos municípios e possui esta denominação” (CORRÊA, 2002, p.16).

Corrêa (2002) ressalta que em 1970 o país estava sob o domínio do governo militar, que temia uma explosão, devido a demanda das camadas populares que viviam num alto nível de pobreza, surgindo assim novas propostas de atendimento a essas camadas. Deve-se ressaltar que este medo da “explosão” era apenas um lado da questão, a expansão da oferta de creches e pré-escolas também se deveu à pressão social exercida por movimentos da sociedade civil.

Com tudo isso, o governo federal toma a responsabilidade da educação infantil, tendo como objetivo atender crianças necessitadas, entretanto não se priorizava a qualidade nesse atendimento. Esse projeto se expandiu para os demais Estados.

1.2 – A Educação Infantil e a legislação brasileira

O final dos anos de 1970 e início de 1980 foram marcados pela discussão de acadêmicos que criticavam as teorias de privação cultural, segundo as quais as crianças recebiam apenas atendimento assistencialista, surgindo assim uma nova visão, de caráter educacional ou pedagógico, que passa a ser defendida pelos profissionais da área (CORRÊA, 2002). Com tal visão, no novo milênio a educação infantil passa a ter uma discussão sofisticada dos seus conceitos e de seus planos das instituições coletivas, tendo como objetivo oferecer ambientes acolhedores, seguros, alegres, instigadores, com adultos bem preparados para acompanhar as crianças, organizados para oferecer atividades desafiadoras e de aprendizagem. Isso se expressa nas normatizações da Constituição Federal de 1988.

Ao refletir sobre as mudanças ocorridas na educação infantil a partir da Constituição Federal de 1988, Corrêa afirma que:

O aspecto mais relevante presente na lei maior do país, para a educação infantil, está em seu Art. 208, inciso IV, quando afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (2002, p. 18).

A lei federal demarca que a educação infantil é um dever do Estado, entretanto não é obrigatória a matrícula, cabendo aos pais decidirem se querem ou não colocar suas crianças na educação infantil, este é um direito da família.

Nas instituições públicas de educação infantil o ensino deve ser ministrado com base em princípios afirmados na Constituição Federal de 1988. Dentre eles Corrêa (2002, p. 20) destaca que o princípio “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” afirma o direito da criança ter acesso à instituição escolar, mas nem sempre isso ocorre. O princípio que afirma a “Garantia de padrão de qualidade” demonstra que dentro de uma instituição de ensino, é preciso relacionar quantidade e qualidade, ampliando a oferta e o acesso a todos.

Entretanto, apesar de toda a sofisticação do discurso, a educação infantil ainda se mantém aquém do ideal ou mesmo do satisfatório. A educação infantil teve uma redução de investimentos com a criação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério), em que os recursos passam a ser aplicados para o ensino fundamental, restando muito pouco para a educação infantil.

Na década de 1990 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – lei nº 9.394/96- foram defendidas metas para a educação infantil, priorizando a concepção sobre a infância que tem como objetivo ensinar e educar, para transmitir um conhecimento prévio da vida escolar. Nessa lei está disposto:

Artigo 29- A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, LDB, 1996).

É importante assinalar que a LDB significou a incorporação da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, trazendo como consequências a sua normatização e a sua fiscalização. Dessa forma, “a educação infantil deixou de estar prioritariamente no campo das escolas livres e passou ao âmbito das escolas regulares” (CURY apud CORRÊA, 2002, p.26).

Um aspecto fundamental nesse novo momento da Educação Infantil é a preparação do profissional. Na LDB, em seu artigo 62, afirma-se:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Fica claro que a Educação Infantil toma novos rumos visando à qualidade a ser oferecida para as crianças em instituições do governo. No entanto, segundo Corrêa (2002), há uma tendência entre os trabalhadores da educação infantil em buscar formação superior, uma vez que não fica claro na LDB se poderão continuar atuando apenas com o nível médio, já que o parágrafo 4º do artigo 87 das Disposições Transitórias afirma que até “o fim da década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. A década da educação iniciou-se em 1997, de forma que o prazo findado em 2007. Com a exigência de formação superior aos professores da educação básica houve uma gradual extinção dos cursos de ensino médio com habilitação para o magistério.

Ao discutir a política de formação dos professores da educação infantil, Ana Paula Lanter afirma que a formação do profissional da educação é fundamental para um bom desenvolvimento do trabalho dentro e fora das instituições de educação infantil, sendo motivo de discussões. A nova visão de educador é buscar a autonomia no dia a dia do trabalho

desenvolvido dentro e fora da instituição, pois assim obterá resultados relevantes em seu trabalho.

É por si evidente que a ação do educador, como prática educativa, tem um caráter intelectual, efetiva-se pela mediação do conhecimento e da formação das consciências. Entretanto, a prática educativa envolve uma série de relações com a práxis social, tanto no nível da prática produtiva como no nível da prática política, e faz-se necessário esclarecer a abrangência de seu caráter intelectual e, conseqüentemente, da função intelectual do educador, que faz dele um intelectual dirigente (SILVA, apud LANTER, 1999, p. 134).

A busca de melhorias para o trabalho dos profissionais da educação volta-se para consciência política e sua condição de trabalhador e formador de pessoas. O Ministério da Educação e da Cultura (MEC), a partir das discussões dos anos 80 passa a ter uma nova visão em relação à formação do profissional da educação, promovendo encontros para a formulação de projetos com o propósito de melhorias para a educação. O papel do profissional da educação infantil é fundamental na formação e desenvolvimento da criança, pois estará em contato diário e direto com essas crianças, desta forma, deve estar apto para desenvolver seu papel de educador.

Com essa nova visão de profissional, a educação infantil começa a ter novos rumos na área de formação do profissional. Nos anos 90, com o apoio da sociedade esse assunto torna-se parte das discussões e das ações das políticas públicas atuais.

Certamente, na década de 1990, parece estar sendo construída, em meio a movimentos da sociedade civil e medidas sancionadas pelo poder público, uma nova mentalidade em relação ao significado de infância e de educação infantil para a sociedade, sobretudo no que diz respeito ao educador da criança de 0 a 6 anos e a sua formação (LANTER, 1999, p. 140).

O aspecto pedagógico torna-se aliado de projetos que dão suporte na formação dos profissionais, passando a ser discutidos pelas políticas públicas. A busca pela formação adequada do profissional da educação tem sido priorizada pela maioria, o apoio e atuação de outros órgãos como da saúde, psicologia e outros mais, tem se tornado prioridade dentro das instituições infantis, pois a preocupação em oferecer uma formação adequada às crianças começa a ser objetivo indispensável de órgãos responsáveis pela educação infantil.

De acordo com a explicação desses órgãos centrais, o objetivo de abarcar diferentes profissionais numa mesma instância educativa, no caso a educação infantil, é articular a questão dos cuidados básicos com a educação e com seus pressupostos pedagógicos (LANTER, 1999, p. 146).

O trabalho desenvolvido na educação infantil adquire uma visão que busca o cuidar e o educar, enriquecendo e valorizando o atendimento às crianças dentro e fora das instituições. Sem dúvida a formação para atuar como educador infantil tem sido repensada.

A educação passa a ser entendida não mais como assistência e caridade para as crianças pobres, mas, sim, como um espaço educacional e de formação para a cidadania. Logo, o educador infantil - que anteriormente não necessitava de formação e sim de ter “boa vontade” e “gostar de crianças” - hoje demanda escolarização e formação na área, rompendo com os estereótipos do profissional leigo e desinformado (LANTER, 1999, p. 154).

Apesar das dificuldades no desenvolvimento da formação do profissional da educação, fica claro que a busca por uma formação adequada tem sido meta de órgãos educacionais e principalmente de educadores atuantes na área, pois somente através de uma formação adequada dos profissionais, a educação terá um resultado satisfatório na realização do trabalho educativo infantil.

O trabalho do educador infantil deve estar voltado para estabelecer relações para estimular e influenciar o desenvolvimento infantil e as experiências vividas pela criança, para que possam aprender desde já sobre valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito ao próximo.

1.3 – Educação infantil e o lúdico

Ao refletir sobre a educação infantil, Ângela Cristina Munhoz Maluf (2008) acredita que, juntamente com uma boa atuação dos educadores, as atividades lúdicas são caminhos que contribuem para o bem-estar e desenvolvimento das crianças, garantindo melhores condições de aprendizagem, para que a criança desenvolva seu aprendizado por si mesmo, através de diferentes situações. Trabalhar o lúdico é de grande importância para as instituições de educação infantil.

Durante as atividades lúdicas, os educadores podem perceber traços de personalidade do educando, de seu comportamento individual e coletivo e o ritmo de seu desenvolvimento. O ato de se divertir-se vai oportunizar as vivências às vezes inocentes e simples da essência lúdica das crianças, possibilitando o aumento da auto-estima, o conhecimento de suas responsabilidades e valores, a troca de informações e experiências corporais e culturais, por meio das atividades de socialização (MALUF, 2008, p.41).

O objetivo de trabalhar a atividade lúdica deve sempre ter em vista priorizar a intenção educativa. Procurar sempre motivar uma aprendizagem significativa na criança, desenvolvida no dia a dia, promovendo assim uma construção de conhecimentos.

Maluf (2008) ressalta que as atividades lúdicas são importantes instrumentos pedagógicos, mais do que entretenimento, são um auxílio indispensável para o processo de ensino-aprendizagem. Desenvolver atividades lúdicas, mas sem sair do foco de estimular habilidades, é primordial na construção do conhecimento da criança.

Trabalhar o lúdico na educação infantil é mais do que uma simples brincadeira, é um instrumento pedagógico fundamental e indispensável no processo de aprendizagem e desenvolvimento das habilidades. Atualmente, na sociedade tem surgido uma nova visão sobre o desenvolvimento infantil e o lugar do lúdico nesse processo, situando-o como um lugar privilegiado, abrindo uma ampla diversidade de atividades a serem trabalhadas na educação infantil.

Para que ocorram aprendizagens significativas é importante, ao mesmo tempo, que a criança se mostre correspondente em relação às atividades lúdicas propostas, que esteja motivada para relacionar o que está aprendendo com o que já sabe. A criança estabelece relações entre as novas informações e os seus esquemas de conhecimento (MALUF, 2008, p. 43).

É importante aproveitar o conhecimento que a criança já tem para desenvolver as atividades lúdicas, pois através desse conhecimento ela irá relacionar o que já sabe com o que está aprendendo, concretizando assim uma nova aprendizagem.

A atividade lúdica tem papel significativo na didática do professor, pois através de brincadeiras a criança poderá desenvolver o seu aprendizado através do mundo imaginário que ela vivencia. Aproveitar esse momento de imaginações é importante, pois a criança poderá expressar seus sentimentos, vontades, prazeres, alegrias, tristezas, uma infinita relação de sentimentos que muitas vezes ficam guardados somente para si, podendo ser percebidos através da atividade lúdica.

Nesse sentido, é importante ao profissional da educação infantil compreender o processo de desenvolvimento e aprendizado da criança e o papel do lúdico nesse processo.

CAPÍTULO II

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O FAZ-DE-CONTA

O desenvolvimento da criança ocorre em diferentes etapas e envolve a relação entre suas capacidades biológicas de desenvolvimento e o que ela aprende no meio cultural e social em que está inserida. Portanto, o desenvolvimento da criança ocorre desde o seu nascimento. Em idade escolar essa aprendizagem passa a ser sistematizada, buscando ampliar e enriquecer o desenvolvimento do sujeito a ser formado. No desenvolvimento e aprendizagem infantis as atividades lúdicas propiciam a construção de um “mundo” próprio da criança, com o qual ela significa e elabora o mundo do adulto.

2.1 – Interação entre aprendizado e desenvolvimento

Para se compreender o processo de desenvolvimento da criança é preciso compreender a relação entre aprendizado e desenvolvimento. Para compreender o desenvolvimento infantil Lev Semenovich Vigotski (1998) sintetiza três grandes posições teóricas que abordam a relação entre desenvolvimento e aprendizado em crianças em idade escolar.

“A primeira posição teórica centra-se no pressuposto de que os processos de desenvolvimento da criança são independentes do aprendizado” (VIGOTSKI, 1998, p. 87), ou seja, primeiro ocorre o desenvolvimento para então haver aprendizado. Nessa concepção, a aprendizagem é algo essencialmente externo que não está envolvida de forma ativa no desenvolvimento. Para esse teórico a educação escolar deve seguir sempre o desenvolvimento mental.

Segundo Vigotski (1998), a segunda posição teórica reduziu o processo de aprendizado à formação de hábitos e identificou este processo com o desenvolvimento. Sendo assim o aprendizado é igual ao desenvolvimento.

A terceira posição teórica significa a união entre as outras duas posições, busca a interação entre desenvolvimento e aprendizagem, sendo que:

[...] o desenvolvimento se baseia em dois processos inerentemente diferentes, em que cada um influencia o outro – de um lado a maturação, que depende diretamente do desenvolvimento do sistema nervoso; de outro o aprendizado, que é, em si mesmo, também um processo de desenvolvimento (VIGOTSKI, 1998, p. 90).

Segundo Vigotski (1998), o estudo dessas concepções teóricas ajuda a elucidar a real relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Para ele, deve-se observar a relação geral entre aprendizado e desenvolvimento em todos os momentos e também especificamente quando a criança atinge a idade escolar.

Quando a criança chega à escola traz de casa certo conhecimento, e isso influencia seu desenvolvimento escolar.

Qualquer situação de aprendizado com o qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes elas tiveram alguma experiência com quantidades – tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Conseqüentemente, as crianças têm a sua própria aritmética pré-escolar, que somente psicólogos míopes podem ignorar (VIGOTSKI, 1998, p. 94).

Conforme Vigotski (1998), mediante a imitação dos adultos e as informações recebidas, a criança desenvolve um repertório de habilidades, de forma que aprendizado e desenvolvimento, se inter-relacionam desde o primeiro dia de vida da criança. Ou seja, a partir do momento em que a criança nasce e tem os primeiros contatos com a vida e o mundo, ela começa a assimilar a realidade, aprendendo na convivência e isso a faz desenvolver. A convivência com a família é fundamental para o desenvolvimento infantil, pois através dela a criança irá aprender os seus primeiros saberes, suas primeiras experiências de vida, como o falar, o comer (sentir sabores), o brincar... etc.

Assim como é importante o que a criança aprende em seu ambiente familiar, também a aprendizagem escolar é fundamental no desenvolvimento da criança, pois é um momento em que ocorrem descobertas, a criança está diante de algo novo. “A diferença entre o aprendizado pré-escolar e o escolar está no fato de o primeiro ser um aprendizado não sistematizado, e o último um aprendizado sistematizado (VIGOTSKI, 1998, p. 95).

Para entender as dimensões do aprendizado escolar Vigotski (1998) descreve um conceito de excepcional importância: a zona de desenvolvimento proximal, em que “[...] o aprendizado deve ser combinado de alguma maneira com o nível de desenvolvimento da criança” (VIGOTSKI, 1998, p. 95). Ou seja, ele não discorda que o aprendizado deve respeitar certos limites da maturação biológica, entretanto, isso não deve ser um limite absoluto. Essa é a grande riqueza da zona de desenvolvimento proximal: não limitar o aprendizado pelo desenvolvimento mental.

A zona de desenvolvimento proximal é uma forma de descobrir as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado. Para isso, Vigotski (1998) determinou dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é chamado nível de desenvolvimento

real. “O nível de desenvolvimento real de uma criança define funções que já amadureceram, ou seja, os produtos finais do desenvolvimento” (p. 97). Utilizando-se da aplicação de testes é possível saber de que forma a criança desempenha certas atividades, quando a criança consegue realizar uma atividade por si sem o auxílio de outra pessoa. Estes testes consideram o grau de dificuldade da criança para resolver a atividade proposta. Mas tais testes não consideram como desenvolvimento mental se ela conseguiu resolver uma situação após receber instruções ou auxílio de outra pessoa. É justamente isso que caracteriza a zona de desenvolvimento proximal.

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKI, 1998, p. 97).

A zona de desenvolvimento proximal é o espaço entre o desenvolvimento que ocorre de maneira independente e o desenvolvimento que ocorre sob auxílio de um adulto ou em conjunto com outras crianças. A zona de desenvolvimento proximal fornece um esboço da capacidade de desenvolvimento da criança atingindo o que está num processo completo e o que ainda está em processo de maturação, ou seja, que ainda não se desenvolveu completamente.

A zona de desenvolvimento proximal permite-nos delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação (VIGOTSKI, 1998, p. 98).

A idade mental de uma criança só pode ser definida após ser revelado o nível de desenvolvimento real e a zona de desenvolvimento proximal. O que a criança desenvolve hoje sob orientação de alguém, amanhã conseguirá resolver sozinha, “[...] para demonstrar que aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã” (VIGOTSKI, 1998, p. 98). Portanto, se a criança hoje resolve uma atividade somente com auxílio de uma pessoa, mais tarde ela conseguirá resolver a atividade sozinha, com mais destreza, pois ela já amadureceu sua capacidade de desenvolver certas atividades elaboradas para sua faixa etária.

Para Vigotski, “a noção de zona de desenvolvimento proximal capacita-nos a propor uma nova fórmula, a de que o ‘bom aprendizado’ é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento” (1998, p. 102). O professor deve ter em mente o que a criança poderá realizar posteriormente e sempre tentar estar à frente do seu nível de desenvolvimento. Isso

expressa que, na perspectiva vigotskiana, é o aprendizado que “puxa” o desenvolvimento. Com isso, o papel do professor torna-se fundamental no desenvolvimento da criança, uma vez que cabe ao professor interferir na zona de desenvolvimento proximal através de estímulos e incentivos. O aprendizado desperta na criança processos internos de desenvolvimento. O processo de aprendizagem estimula funções psicológicas inerentes do ser humano que implicam em desenvolvimento da criança. A aprendizagem em idade escolar é percebida na realização da atividade proposta a partir da explicação ou do estímulo que a criança recebe do professor.

2.2 - O desenvolvimento infantil, o brinquedo e o faz-de-conta

Muitas vezes o brinquedo não é visto como um objeto da necessidade da criança, sendo interpretado como uma atividade sem significado para o seu desenvolvimento. Entretanto, Vigotski (1998) demonstra a importância do brinquedo nesse processo.

De forma curiosa, segundo Vigotski (1998, p. 107), “[...] o prazer não pode ser visto como uma característica definidora do brinquedo”. Dessa forma não é correto definir o brinquedo como uma fonte inerente de prazer, por duas razões: Primeiro, pelo motivo de que algumas atividades podem proporcionar à criança momentos de prazer mais relevantes que o brinquedo. Segundo, porque existem brincadeiras em que o resultado não é interessante para a criança, por exemplo, quando ela perde num jogo.

Variando a faixa etária da criança, o papel do brinquedo é importante, pois é possível perceber mudanças através do estímulo que o brinquedo proporciona quanto às necessidades das crianças. O estímulo à criança é relacionado à sua idade, “aquilo que é de grande interesse para um bebê deixa de interessar uma criança um pouco maior” (VIGOTSKI, 1998, p. 108).

Para Vigotski, o brinquedo é uma situação imaginária, em que a criança sente uma vontade que não pode ser satisfeita imediatamente. “Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, esse mundo é o que chamamos de brinquedo” (1998, p. 108-109). Dessa forma, se a criança deseja, mas não pode andar a cavalo, ela transfere o papel do cavalo para um cabo de vassoura e brinca como se estivesse em um cavalo de verdade. “A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais” (1998, p. 117). Dessa forma, a situação imaginária ou o faz-de-conta responde a uma necessidade da criança.

A imaginação é um processo psicológico novo que está presente em crianças maiores, pois ela surge através da ação com o brinquedo numa situação ilusória, sendo que as crianças menores não conseguem se envolver nessa situação devido ao fato de estarem presas ao que seu âmbito de visão e percepção oferece. A situação imaginária é um brinquedo baseado em regras vivenciadas na realidade, ou seja, a criança reproduz as atitudes e atividades do meio em que convive, sendo as regras impostas por ela no momento da situação imaginária.

A situação imaginária de qualquer forma de brinquedo já contém regras de comportamento, embora possa não ser um jogo com regras formais estabelecidas a priori. A criança imagina-se como mãe e a boneca como criança e, dessa forma, deve obedecer às regras do comportamento maternal (VIGOTSKI, 1998, p. 110).

O que na vida real a criança não percebe como norma, torna-se regra de comportamento no brinquedo. Assim, toda situação imaginária contém regras que a criança utiliza no momento da brincadeira, regras que são transpostas da vida real.

Para uma criança com menos de três anos é impossível criar uma situação imaginária, pois seu comportamento é determinado pela situação, ou seja, por sua percepção visual. Na criança muito pequena os objetos ditam o que deve fazer, “[...] os objetos têm uma tal força motivadora inerente, no que diz respeito as ações de uma criança muito pequena, e determinam tão extensivamente o comportamento da criança” (VIGOTSKI, 1998, p. 113), que nessa idade toda percepção é um estímulo para a atividade. Portanto, nesse momento são os objetos próximos ao campo de visão da criança que lhe despertam o interesse.

É no brinquedo que a criança aprende a agir fora da esfera perceptiva e visual. A criança utiliza-se do brinquedo para agir de forma independente, “é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, em vez de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos” (VIGOTSKI, 1998, p. 113). A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente de acordo com sua imaginação. Ela age diferente porque está separando o objeto do significado, então lhe dá um novo significado. Isso é fundamental para o desenvolvimento da criança, pois ela está desenvolvendo o pensamento por meio das idéias e não mais apenas por meio do que vê. Antes, quando a criança ainda é muito pequena, aproximadamente até os três anos, ela age presa aos objetos ao seu redor, o brinquedo é o pivô da separação entre o objeto real e seu significado. Ela consegue pensar no cavalo sem que um cavalo esteja à sua frente.

“A ação numa situação imaginária ensina a criança a dirigir seu comportamento não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela situação que a afeta de imediato, mas

também pelo significado dessa situação” (VIGOTSKI, 1998, p. 114). A ação começa a ser regida pelas idéias e não pelos objetos, portanto ela se utiliza do objeto de acordo com a sua imaginação, desenvolvendo o pensamento abstrato, assim como a ação voluntária. Isso demonstra o quanto a situação imaginária ou faz-de-conta é importante para o desenvolvimento da criança.

Na situação imaginária satisfazer regras é uma fonte de prazer, pois isso realiza seus desejos, uma vez que “a sujeição a regras e a renúncia à ação impulsiva constitui o caminho para o prazer no brinquedo” (VIGOTSKI, 1998, p. 116). Tudo começa numa situação ilusória, entretanto, o que ocorre é uma reprodução da situação real.

É uma situação imaginária, mas é compreensível somente à luz de uma situação real, que, de fato, tenha acontecido. O brinquedo é muito mais a lembrança de alguma coisa que realmente aconteceu do que imaginação. É mais a memória em ação do que uma situação imaginária nova (VIGOTSKI, 1998, p. 121).

Ao representar a imagem de alguém ou de algo, impondo ou respeitando regras, geralmente utilizando-se da imagem da mãe ou do pai e também de coisas à sua volta, a criança desde cedo internaliza as regras sociais. Assim, a brincadeira do faz-de-conta propicia que a criança aprenda os valores de sua cultura de forma prazerosa, pois seu desejo, sua fonte de prazer nessa atividade, é agir como prescreve as regras.

A situação imaginária cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança. “No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade” (VIGOTSKI, 1998, p. 122). A situação imaginária faz com que a criança explore seu conhecimento, pois ela cria situações que estão além de sua idade, ela desenvolve situações novas ainda não vivenciadas por ela.

Com isso, acredita-se que o faz-de-conta seja uma atividade que produza uma rica zona de desenvolvimento proximal na criança e que isso ocorra de forma prazerosa. Trata-se de uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança, o que demonstra sua importância na educação infantil

O faz-de-conta é uma atividade lúdica que ocupa um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois a criança utiliza-se dessa atividade para expressar seus esquemas de vivências, sua diversidade de pensamentos e de sentimentos. A criança quando brinca de faz-de-conta explora sua imaginação e capacidade de criar e recriar situações cotidianas que lhe despertam interesse ou dificuldades que geralmente são obstáculos ou medos que sentem e não conseguem expressar.

2.3 – O desenvolvimento infantil e o papel do faz-de-conta

Desde muito cedo as crianças começam a expressar seus sentimentos através de ações, envolvendo brincadeiras espontâneas, com algum brinquedo (objeto) ou com outras crianças ou ainda com adultos.

Em seu estudo sobre o universo do faz-de-conta e a criança, Vera Lúcia Santos argumenta que a partir do momento que a criança se entrega totalmente as brincadeiras e no divertimento ela tem um momento de prazer, de realização pessoal, esse momento é de grande valor no seu desenvolvimento.

Por envolverem extrema dedicação e entusiasmo, os jogos das crianças são fundamentais para o desenvolvimento de diferentes condutas e também para a aprendizagem de diversos tipos de conhecimentos. Podemos, então, definir o espaço do jogo como um espaço de experiências e liberdade de criação no qual as crianças expressam suas emoções, sensações e pensamentos sobre o mundo e também um espaço de interação consigo mesmo e com os outros (SANTOS, 2001, p. 89).

Especialmente na brincadeira do faz-de-conta, quando começa a imaginar diferentes situações e vivenciar momentos com brinquedos e objetos diversificados, a criança passa a desenvolver expressões que são importantes para seu crescimento como a oralidade, a música, expressão corporal e dramática, que ao longo do tempo vão se relacionando com as vivências do mundo.

De acordo com Santos (2001, p. 90) “para que se possa estimular o franco desenvolvimento do faz-de-conta, é preciso, em primeiro lugar, saber identificar as diferentes formas pelas quais essas atividades se manifestam”. Elas se manifestam de maneiras diferentes e o professor deve estar atento a essas atividades, levando em consideração o que a criança está representando, observando se ocorre aprendizagem que possa contribuir para o seu desenvolvimento.

Ao longo do processo evolutivo dos jogos simbólicos, cujas primeiras manifestações podem ser observadas desde os primeiros meses de vida da criança, constata-se que em cada fase eles assumem características diferenciadas que correspondem a diferentes necessidades e funções (SANTOS, 2001, p. 90).

Os adultos devem saber o momento certo de intervir de maneira que a criança não seja repreendida no momento da brincadeira, para que ela não reprima seus sentimentos e ações, buscando sempre uma satisfação interior na realização de cada brincadeira, que proporcione à criança a sensação de liberdade em criar e representar situações, desenvolvendo sua relação com o mundo.

A partir do momento em que a criança começa a imitar objetos ou pessoas do seu convívio, ela transforma sua maneira de interação com o mundo. No que se refere à imitação, para Santos (2001, p. 92), “a criança bem pequena só é capaz de imitar um modelo que esteja presente, pois não é capaz de imaginar”. Nesse aspecto, Vigotski (1998) explica que para uma criança com menos de três anos é impossível criar uma situação imaginária, pois seu comportamento é determinado pela situação, ou seja, por sua percepção visual. Nessa idade toda percepção é um estímulo para a atividade, “[...] os objetos têm uma [...] força motivadora inerente, no que diz respeito às ações de uma criança muito pequena, e determinam [...] extensivamente o comportamento da criança (p. 113)”.

De um ano e meio aos três anos a criança passa a ter novas manifestações em seu comportamento: inicialmente imita a si mesmo, em seguida estabelece relação com objetos e pessoas do seu convívio diário

A criança realiza imitações das ações que observa, utilizando modelos que estão próximos a ela. Observando atentamente os gestos e as ações das pessoas e depois os reproduz de forma simplificada. Inicialmente, os modelos são os pais, os avós e quem mais for do convívio diário da criança, depois os vizinhos, o dono do armazém, o carteiro, o guarda de trânsito, e outros modelos retirados do mundo adulto (SANTOS, 2001, p. 93).

Entre dois e três anos de idade ocorre à imitação caracterizada pela utilização do corpo todo, a criança imita gestos, vozes, utilizando-se do seu próprio comportamento, enfatizando seu próprio interesse em busca da afirmação de si mesmo. O faz-de-conta se caracteriza pela elaboração de cenas inteiras que passam a conter cenas mais detalhadas, isso ocorre por volta dos três anos. Sendo esse processo cada vez mais aprimorado, pois a criança dedica mais tempo na criação de papéis, sendo algumas vezes um jogo solitário em que a criança brinca consigo mesma, assumindo papéis diferentes.

Para Santos (2001, p.94), “a criação de personagens imaginários é um jogo no qual se constata o progresso da criança com relação à coerência, podendo causar espanto aos adultos menos avisados”, pois os adultos se surpreendem com tanta imaginação e chegam a acreditar que as crianças foram manipuladas por outros adultos. No entanto, o faz-de-conta é próprio da criança, é uma atividade que evolui assumindo diferentes funções de acordo com a idade e o contexto de convivência da criança.

As crianças têm verdadeiro fascínio por tarefas do dia-a-dia como lavar roupa, passar roupa, falar ao telefone, cozinhar, digitar no computador, dirigir o carro, lavar o carro e sentem-se muito valorizadas quando são convidadas a ajudar o adulto a realizá-las (SANTOS, 2001, p. 95).

A criança busca no faz-de-conta a compensação de ações que não lhe são permitidas realizar no seu dia-a-dia, ora por imposição dos adultos ora por incapacidade motora. Isso desperta sua curiosidade através da brincadeira a criança busca realizar seus desejos que às vezes são reprimidos, utilizando-se da atividade lúdica para suprir esta frustração.

Segundo Santos (2001, p.95), “[...] o faz-de-conta é a forma como a criança reflete os valores e constrói sua visão de mundo”. Durante os jogos de faz-de-conta as crianças apresentam diferentes valores morais e culturais, em que podem ser percebidas atitudes preconceituosas e situações desagradáveis, na busca de superar esses sentimentos, os adultos devem estar atentos para intervir no sentido de estabelecer relações saudáveis e solidárias.

Dos quatro aos sete anos, a criança passa a imitar de maneira mais coerente, adequando seus movimentos corporais, a expressão vocal, organizando cenários que representam os papéis que ela imita, tentando fazer o mais próximo possível da situação real.

No faz-de-conta três características evoluem no decorrer da atividade: a primeira característica é a ordenação – as crianças procuram adaptar os objetos de acordo com a situação vivida no momento da brincadeira; a segunda característica é a intenção de realismo – as crianças procuram objetos próximos do real, para que a situação se identifique com a realidade que se quer imitar; a terceira característica é a organização e o desenvolvimento da imitação – as crianças diferenciam os papéis que estão representando, proporcionando o aparecimento de outros papéis quando necessário para complementar o jogo (SANTOS, 2001).

As crianças através do faz-de-conta transpõem suas emoções e refletem o mundo, se expressando de maneira espontânea sobre desejos, vontades e medos que estão no subconsciente e que refletem as experiências da vida cotidiana que lhe chamam a atenção como uma festa de aniversário, uma festa de casamento, a ida ao médico, revistas em quadrinho, dentre outras, que servem de estímulos para a criança reproduzirem diferentes cenas, manifestadas de diferentes maneiras.

Durante os momentos do faz-de-conta os professores podem intervir para garantir e apontar a participação de todos na brincadeira, contribuindo para a integração do grupo. O faz-de-conta acontece em períodos livres em que a criança interage consigo mesma e com diversos objetos que estão à sua volta de forma livre e espontânea.

Santos (2001, p. 97) descreve que “uma certa quantidade e variedade de materiais, organizados de maneira a oportunizar a fácil manipulação pelas crianças, também é um fator fundamental para estimular o faz-de-conta”. Com isso, o professor de educação infantil pode utilizar-se de materiais que estejam relacionados ao meio social de convivência das crianças,

nos momentos de brincadeiras espontâneas oferecendo materiais em variedade e quantidades referentes ao número de crianças e ao perfil delas ou da escola.

A utilização de alguns objetos relacionados ao cotidiano das crianças contribui para despertar uma postura de valorização e responsabilidade, acarretando também a cooperação e o respeito entre as crianças, brincando de faz-de-conta as crianças expõe facilmente seus interesses e inquietações, podendo auxiliar os professores de educação infantil na hora de planejar e elaborar atividades.

O professor de educação infantil assume três funções diferenciadas na brincadeira do faz-de-conta, de acordo com Santos (2001):

A primeira delas é a função de “observador”, na qual o professor procura intervir o mínimo possível, de maneira a garantir a segurança e o direito à livre manifestação de todos. A segunda função é a de “catalisador”, procurando, através da observação, descobrir as necessidades e os desejos implícitos na brincadeira, para poder enriquecer o desenrolar de tal atividade. E finalmente, de “participante ativo” nas brincadeiras, atuando como um mediador das relações que se estabelecem e das situações surgidas, em proveito do desenvolvimento saudável e prazeroso das crianças (p. 98).

A atitude e a participação do professor de educação infantil são muito importantes no desenvolvimento do faz-de-conta, mesmo que sua participação seja mínima e indireta.

Também discutindo sobre o papel do faz-de-conta, Maluf (2008) afirma que este proporciona às crianças o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais, sendo uma influência positiva, rica em oportunidades e experiências para o crescimento sadio das crianças. A criança constrói e modifica sua realidade constantemente, aprimorando suas experiências através da imaginação, portanto para Maluf:

Podemos acreditar que a criança vai construindo seu conhecimento de mundo de modo criativo, lúdico, modificando a realidade com os recursos da sua imaginação. Precisa ser sempre respeitada, pois seu mundo é mutante e acaba oscilando entre a fantasia e a realidade (2008, p. 19).

Explorar atividades lúdicas como o faz-de-conta desperta o interesse da criança em aprender, adquirindo novos conhecimentos, desenvolvendo habilidades de forma natural. O faz-de-conta proporciona à criança “[...] divertimento, desenvolvimento harmonioso, autocontrole e realização” (Maluf, 2008, p. 23), sendo assim, uma importante atividade no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Maluf (2008), são vários os benefícios das atividades lúdicas, e entre eles estão: assimilação de valores; aquisição de conhecimentos; desenvolvimento de diversas

áreas do conhecimento; aprimoramento de habilidades; socialização. O faz-de-conta, no desenvolvimento da criança é uma ferramenta na análise psicológica que possibilita ou restabelece o bem-estar psicológico da criança, através de brincadeiras que façam parte do seu repertório.

Segundo Maluf (2008) o faz-de-conta é a atividade organizadora do comportamento da criança, pois é uma atividade que permite que a criança brinque, ao mesmo tempo em que aprende a lidar com seu próprio pensamento.

Nessa perspectiva, ao discutir sobre o prazer de brincar, Carla Cristina Tosatto (2006) afirma que a brincadeira do faz-de-conta tem caráter sociocultural, pois as crianças recriam situações cotidianas, demonstrando o conhecimento que tem sobre os objetos e as experiências que vivenciam no dia-a-dia.

Quanto à imaginação e à imitação, sabemos que as brincadeiras são o reflexo do que as crianças vêem e ouvem dos maiores, mas elas não se limitam a recordar experiências vividas, mas, sim, reelaboram criativamente, combinando-as entre si e edificando com elas novas realidades de acordo com seus desejos e necessidades (TOSATTO, 2006, p. 16).

As crianças não se limitam apenas em imitar o que vêem e ouvem dos adultos, suas brincadeiras são o reflexo disso, elas reelaboram e constroem de maneira organizada de acordo com suas necessidades e desejos

A imaginação e a imitação utilizada no faz-de-conta proporcionam para as crianças a experiência de ter outras formas de ser e de pensar, portanto Tosatto esclarece que:

O brincar funciona como um cenário no qual a criança busca imitar, imaginar representar e comunicar de uma forma específica que uma coisa pode ser outra, que uma pessoa pode ser um personagem, que uma criança pode ser um animal ou um objeto, que um lugar faz-de-conta que é outro (2006, p. 16).

Segundo Tosatto (2006), o brincar de faz-de-conta pode ser percebido através do desenho que a criança cria, verbalizando narrativas que expressam suas capacidades imaginativas de sentir e pensar o mundo, pois “o desenho tem, para a criança, as características de uma brincadeira” (p. 28), neste momento o professor deve estimular ainda mais a imaginação das crianças, proporcionando uma atividade prazerosa e criativa com base na imaginação das crianças.

Outro autor a enfatizar a riqueza do lúdico é Celso Antunes. Segundo ele, o lúdico na educação infantil com o passar dos anos vem ganhando uma posição privilegiada, pois tem mostrado seu papel no desenvolvimento da criança. No momento em que a criança está brincando, ela dá significado a realidade, portanto, é fundamental que o professor tenha

consciência e se organize de maneira adequada na hora de ensinar uma brincadeira (ANTUNES, 2006).

Para Antunes (2006), brincando a criança desenvolve a imaginação, fundamenta afetos, explora habilidades e, na medida em que assume múltiplos papéis, fecunda competências cognitivas e interativas, ou seja, através de momentos lúdicos, brincadeiras a criança irá desenvolver áreas de sua vida importantes para seu aprendizado.

Quando a criança brinca, ela constrói seus próprios mundos construindo ligações para entender melhor o mundo do adulto, imitando acontecimentos e colocando seus sentimentos em situações reais e imaginárias, o faz-de-conta está constantemente presente na vida das crianças e é parte do mundo infantil.

Antunes (2006, p. 32) relata que “é com triste frequência que se descobre que muitos desses desajustes adultos ancoram-se na ausência ou distância do devaneio tão marcante no ‘faz de conta’ com o qual se arquitetou o mundo infantil”. Portanto é preciso que haja consciência e uma preparação de profissionais qualificados na educação infantil, pois a criança transmite seus sentimentos e emoções vivenciadas no mundo dos adultos através de sua imaginação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo sobre o desenvolvimento da infância, o desenvolvimento da educação infantil e a importância do lúdico, através das mudanças e avanços que se deram ao longo dos séculos XII e XXI na história da educação infantil, compreende-se que as crianças passam a ser vistas com mais atenção e cuidado, tendo seus direitos preservados e cumpridos por lei.

Com isso, foi possível perceber a necessidade de haver profissionais qualificados para atender às crianças, oferecendo ensino de qualidade, capaz de explorar as habilidades e capacidades das crianças através de atividades lúdicas, assim como a necessidade de explorar o faz-de-conta na educação infantil, por ser uma atividade lúdica que desperta na criança uma maneira mais espontânea de se revelar, de criar e recriar coisas do seu ambiente e ao mesmo tempo transformando-o. Para isso é necessário um ambiente facilitador e que propicie esse momento para a criança.

Resgatar os aspectos lúdicos na educação infantil, apresentando a riqueza e a contribuição do faz-de-conta como estímulo para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social na aprendizagem da educação infantil é fundamental para se trabalhar as habilidades e capacidades a serem desenvolvidas nas crianças.

A criança que explora sua imaginação se desenvolve com mais facilidade em vários aspectos, quando criança ou quando se torna adulto, pois vivenciou e experimentou o que a infância tem de melhor, sobretudo, o brincar de faz-de-conta.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ANTUNES, Celso. Da hora da brincadeira e da aprendizagem para uma nova concepção sobre o papel do brincar. In: **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 30 – 33.
- BUJES, Maria Isabel E. Escola Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 13 – 22.
- CORRÊA, Bianca Cristina. A educação infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela. ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 13-32.
- LANTER, Ana Paula. A política de formação do profissional de educação infantil: os anos 90 e as diretrizes do MEC diante da questão. In: **Infância e educação infantil**. (vários autores) – Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 131–156.
- MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atividades lúdicas para Educação Infantil: conceitos, orientações e práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil Fundamentos e métodos**. Coleção Docência em Formação. São Paulo. Ed. Cortez. 2005.
- RIZZI, Leonor e HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, Vera Lúcia B. Promovendo o desenvolvimento do faz-de-conta na educação infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 89 – 100.
- TOSATTO, Carla Cristina. O jogo em cena: do prazer de brincar ao prazer de aprender. In: TOSATTO, Carla Cristina; FRANCO, Rosemary; RODRIGUES, Luciana. **Educação Infantil níveis II e III**. Programa de Cursos 2006. Editora Positivo, 2006.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: 7ª ed. Martins Fontes, 1998.